

Gestão Social e Economia Solidária na Prática: O Caso de Lagoa das Serras¹

**Ives Romero Tavares do Nascimento, Ariádne Scalfoni Rigo e
Genauto Carvalho de França Filho**

Resumo

Este caso conta a história do Banco Comunitário Serra Azul, que nasceu da necessidade da comunidade de Lagoa das Serras, estado da Bahia, de mudar sua realidade socioeconômica. Diante da criação do BCD, Dona Santana, a protagonista, vê o banco envolto em uma situação de descrédito perante a comunidade e com alta inadimplência de pagamento por parte dos tomadores dos empréstimos. Assim, são colocados em discussão os problemas que um empreendimento de economia solidária (EES) enfrenta cotidianamente e oportuniza que os alunos tenham contato com esse tipo de experiência. Este caso de ensino foi pensado objetivando ser aplicado em disciplinas de Gestão Social e Economia Solidária, adequado ainda para cursos interdisciplinares que lidem com as noções de organização comunitária, ação coletiva, tecnologias sociais, dentre outras. Espera-se que os alunos envolvidos consigam observar as dificuldades que os EESs atravessam no exercício regular de suas atividades e que, a partir daí, consigam traçar diferentes proposições para as situações que o docente pode abordar. Nas disciplinas em tela, podem ser abordados os temas da incubação de redes de economia solidária, bancos comunitários, moedas sociais e gestão de empreendimentos econômico-solidários. Também é desejado que, ao final da atividade, os discentes formulem críticas sobre os pontos abordados ou outros que porventura surjam no decorrer da discussão. Para este constructo, foram utilizados dados de uma experiência brasileira de economia solidária, na qual uma comunidade experimentou as vantagens e alguns problemas com a criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD). Os problemas atravessados por essa realidade serviram de base para a construção da narrativa, bem como os dados socioeconômicos relatados e as atividades do BCD.

Palavras-chave

Gestão Social. Banco Comunitário de Desenvolvimento. Economia Solidária.

Abstract

This case tells the story of Serra Azul Community Bank, which was born from the needs (in order to change their socioeconomic reality) of the Lagoa das Serras community, state of Bahia. Facing the creation of the Community Bank of Development (CBD), Dona Santana, the protagonist, sees the Bank wrapped in a situation of distrust by the community and with high payment defaults by the borrowers. So, this experience discusses the problems that solidarity economy enterprise (SEE) faces daily and it provides opportunities for students to have contact with this issue. This teaching case was designed to be applied in disciplines of Social Management and Solidarity Economy, also suitable for interdisciplinary courses that deal with notions of community organization, collective action, social technologies, and others. It is expected that the students involved are able to observe the SEE's difficulties in its everyday activities and that they are able to propose different situations for the professor. It can be discussed the themes of incubation of networks of solidarity economy, community banks, social currency and management of economic and solidarity enterprises. It is also expected that, by the end of the activity, the students formulate criticisms about the points addressed or others that might arise during the discussion. For this paper, it was used data from a Brazilian experience in solidarity economy, in which a community experienced the advantages and some problems concerning the creation of a Community Bank of Development (BCD). The problems set out by this reality were the basis for the construction of the narrative, as well as the socioeconomic data reported and the activities of the BCD.

Keywords

Social Management. Community Bank of Development. Solidarity Economy.

O CASO DE LAGOA DAS SERRAS

Dona Santana, conhecida agente de saúde de Lagoa das Serras, estado da Bahia, hoje vê a realidade de sua comunidade diferentemente daquela que se apresentava a dois anos, em 2010. Naquela época, os habitantes locais atravessavam um período de profundas desigualdades sociais e sofriam com as dificuldades de acesso à educação e à saúde, e com as precárias alternativas de trabalho e renda dos moradores. Dona Santana sabia que a pontual atuação do Poder Público dificilmente seria suficiente para melhorar a vida de seus conterrâneos. Ela angustiava-se ainda mais por não ver na localidade qualquer iniciativa capaz de trazer alguma perspectiva de mudança. Porém, mal sabia ela que essa era uma situação prestes a se transformar. Foi criada na comunidade a Rede Serra Azul e um Banco Comunitário de Desenvolvimento também chamado Serra Azul, do qual ela viria a fazer parte.

A localidade de Lagoa das Serras é uma comunidade centenária, descendente de bandeirantes

que se estabeleceram na região serrana do estado da Bahia, com cerca de 135 famílias, as quais, por sua vez, somam em torno de 500 pessoas. A maior parte dessa população é composta por mulheres (54%) que se dedicam à criação de pequenos animais (galinhas, porcos e ovinos), ao passo em que os homens (46%) se dedicam à pecuária. Por ser uma sociedade eminentemente tradicional e antiga, quase todas as famílias (94%) possuem moradia própria, uma taxa elevada em relação à taxa do país. Contudo, o índice de educação ainda é considerado baixo, cerca de 6% frequentaram a escola, e a maioria dos indivíduos em situação economicamente ativa se dedica às atividades que envolvem a criação de animais.

Por ser uma comunidade tradicional e proveniente das mesmas famílias, Lagoa das Serras ainda preserva valores, crenças e normas de seus antepassados, tanto nas relações sociais quanto nas atividades econômicas ali desenvolvidas. Um dos traços culturais mais aparentes é a forma como as pessoas se relacionam na comunidade, fundamentada na confiança e na proximidade entre os indivíduos, fazendo com que a maioria deles acredite nos contratos verbais e nas “palavras de honra”.

OS ANTECEDENTES DA REDE SERRA AZUL

A comunidade de Lagoa das Serras, saturada de solicitar junto à Prefeitura local melhorias nos sistemas de saúde, educação, emprego e renda, resolveu entrar em contato com uma organização do setor privado, afim de obter apoio na criação de uma iniciativa que viesse a melhorar as condições de vida dos moradores. Essa organização multinacional conta com uma filial próxima à comunidade e foi movida pela intenção de melhorar sua imagem junto à população. Foi assim que a empresa White Sierra, pioneira na extração de calcário nas terras próximas a Lagoa das Serras, procurou uma das universidades no município vizinho para desenhar um projeto que envolvesse responsabilidade social e desenvolvimento local. Dentro da universidade, uma incubadora de empreendimentos solidários projetou um conjunto de ações que intencionavam promover a melhoria das condições de vida no local.

Durante o primeiro contato da universidade com a comunidade, constatou-se que havia ali um antigo Centro Comunitário que não funcionava mais, e que tinha sido o responsável pela organização dos moradores quando discutiam medidas e tomavam decisões locais. A primeira ação da incubadora foi reativar essa organização comunitária e convidaram Dona Santana, ex-integrante do Centro, para ajudar a reorganizá-lo, reintegrando seus antigos membros e estabelecendo oportunidades para a inserção de novos. A sede do Centro Comunitário foi reaberta e deu lugar à Associação Comunitária de Lagoa das Serras (ASCOLAS), no intento de dar maior representatividade e legalidade à população local perante as instâncias estatais e privadas.

Feito isso, a incubadora procedeu a um mapeamento da realidade local, contemplando dados sociais, econômicos, históricos e culturais. Percebeu-se, ao final do relatório, que a comunidade possuía importante festejo popular oriundo dos bandeirantes e era detentora de notáveis habilidades para a produção artesanal de itens feitos a partir da palha e da argila.

Dentro da perspectiva da incubadora de realizar um trabalho amplo que fomentasse o

desenvolvimento da localidade, foram pensadas ações que possibilitassem não a criação de um empreendimento econômico solidário, mas de uma rede deles. A estratégia, então, foi priorizar a criação (às vezes conjunta) de diversos empreendimentos que buscassem potencializar a melhoria de renda na comunidade. A criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento apresentou-se, naquele momento, como uma alternativa adequada, tanto para a equipe da incubadora quanto para as lideranças envolvidas nessas primeiras ações. Então, Dona Santana, por integrar a associação, foi convidada também a se inserir nas atividades de criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Serra Azul. Ele foi criado no ano de 2010 e hoje, dois anos depois de sua criação, conseguiu causar considerável impacto positivo na comunidade.

UMA SOLUÇÃO: O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SERRA AZUL

Um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) é um empreendimento componente da rede de empreendimentos solidários e tem por finalidade maior constituir-se como o núcleo de financiamento das outras iniciativas da rede. Os empréstimos oferecidos pelo banco aos moradores são geralmente de pequena monta e intencionam dinamizar a economia local, por meio do aumento do número de pequenos negócios. Porém, para isso, as pessoas teriam que ser incentivadas a comprar na comunidade, de modo a manter a riqueza circulando dentre os moradores.

Bem animados, Dona Santana, algumas lideranças locais e a equipe da incubadora reuniram-se para decidir que tipos de créditos poderiam ser oferecidos pelo banco. Em meio às discussões, e levantando os principais problemas da comunidade, definiu-se que uma dessas linhas deveria ser a Produção, tendo em vista que grande parte dos moradores sabia fazer algo, mas não tinha dinheiro para investir na atividade. Em seguida, foi levantada a situação de algumas casas da comunidade que, apesar de serem próprias, estavam realmente muito velhas e necessitando de reformas. O crédito para reformas foi a segunda linha de crédito definida pelo grupo. A terceira linha, a que chamaram de CredJovem, seria destinada à formação dos jovens da comunidade, como apoio para frequentarem a escola e até mesmo chegar à universidade. Nessa linha, as lideranças depositaram o futuro dos jovens e também de toda a comunidade. Depois pensaram: “bom, se teremos pequenos empreendimentos, as pessoas precisam comprar neles”. Então, definiram a linha Consumo, para incentivar as compras no local. Uma das questões muito discutidas em relação à necessidade dessa linha de crédito foi a de que muitos moradores ficavam sem dinheiro antes de receberem o salário seguinte (os que tinham salário) e esse crédito seria direcionado a questões emergenciais como a compra de remédios, gás de cozinha, alimentos, dentre outros itens de primeira necessidade para as famílias.

“Agora o Banco está pronto!”, pensou Dona Santana. Entretanto, lembrou-se de que o essencial ainda faltava: de onde viriam os recursos que formariam o fundo para empréstimos do banco? Essa seria, então, a ação de responsabilidade social da empresa que atua na região: forneceria periodicamente os aportes financeiros necessários para o funcionamento básico

do BCD, enquanto que a incubadora procuraria, através de financiamento por edital público, garantir a remuneração das pessoas que iriam trabalhar no Banco (chamados agentes de crédito).

Embora os recursos financeiros doados pela empresa não fossem suficientes para atender a todos na comunidade que precisassem de algum crédito, o BCD Serra Azul inicia suas atividades e, após dois anos de funcionamento, registra bons índices de empréstimo.

ALGUNS PROBLEMAS SURGEM

Dona Santana estava muito feliz, assim como muitos moradores da localidade, mas a escassez dos recursos ainda a incomodava. Diante disso, ela propôs ao grupo de líderes e membros da incubadora que criassem um Comitê de Avaliação de Crédito - CAC. Esse grupo ficaria encarregado de tomar a decisão de atender ou não todos os empréstimos solicitados. Nas reuniões do CAC, os membros discutiam vários aspectos da solicitação, tais como valor solicitado, motivo da solicitação e, inclusive, os aspectos pessoais do solicitante. Embora não houvesse consultas aos sistemas de proteção ao crédito (como SPC e Serasa), a capacidade de pagamento era avaliada mediante opiniões da vizinhança e, com isso, uma relação de confiança foi se estabelecendo entre os moradores. A ideia de Dona Santana, compartilhada entre os demais membros do BCD e da incubadora, era a de que as pessoas passassem a ter consciência de que, caso não pagassem suas dívidas, outros vizinhos não poderiam pegar empréstimo, tendo em vista que os recursos não eram suficientes e os juros cobrados eram muito pequenos (2% a 2,5% ao ano).

Feito isso, Dona Santana concluiu que o banco estava pronto para iniciar suas atividades. Moradores avisados, comerciantes acordados e equipe instruída, o BCD Serra Azul recebe o primeiro montante de recursos da White Sierra e começa, já em 2010, a conceder crédito nas quatro linhas, tanto em Real (moeda oficial) quanto em Calcários (nome da moeda social local). Animada, Dona Santana vê as primeiras operações sendo feitas com a moeda criada especialmente para o banco.

Ao voltar para sua casa, Dona Santana passou em frente ao armazém da Dona Juci, se deparou com um cartaz que dizia “Aceitamos Calcários” e ficou muito feliz ao ver que o processo de aceitação da moeda social havia começado na comunidade. Então, decidiu entrar e conversar com a proprietária sobre quais as impressões que essa tinha sobre o início da atuação do banco. Dona Juci, animada, respondeu que estava confiante no BCD Serra Azul e na moeda, pois, segundo ela, aquilo traria benefícios para a comunidade e para seu negócio, uma vez que dava à população uma oportunidade de acesso à renda, não por meio dos bancos comerciais tradicionais.

Com o passar do tempo, Dona Santana, em suas visitas às famílias como agente de saúde, percebeu que a quantidade de cartazes “Aceitamos Calcários” havia diminuído nas fachadas dos empreendimentos e que as pessoas pouco comentavam sobre o BCD Serra Azul. Perguntou-se, então, se isso não era apenas uma fase em que a população já havia se acostumado com a presença do banco e incorporado a cultura do empréstimo em moeda

social. Instigada a saber mais sobre essa situação, voltou ao banco e conversou com os agentes de crédito que lá estavam e ficou surpresa com o que lhe contaram. Em primeiro lugar, a procura por empréstimos havia diminuído no último ano (2011), especialmente em Calcários, e as devoluções (pagamentos) dos créditos concedidos também tinham caído consideravelmente no mesmo período. Logo Dona Santana concluiu: “Se os pagamentos dos empréstimos não estão sendo feitos, nosso dinheiro em caixa está acabando!”. Ela ponderou o que estaria provocando essa situação, uma vez que o BCD Serra Azul, quando criado, se mostrou bastante aceito em toda a comunidade? A saída seria, em primeiro lugar, compreender o que estava acontecendo.

Ainda no sentido de resolver a questão da insuficiência de recursos, Dona Santana resolveu entender melhor o que estava acontecendo com os pagamentos das parcelas dos empréstimos pelos tomadores. Foi então que, ao elaborar o quadro demonstrado abaixo, identificou elevados índices de inadimplência.

Tabela 01: Inadimplência Banco Serra Azul 2010-2011.

Inadimplência 2010			
Linha de Crédito	Quantidade de Inadimplentes	Nº de Créditos Liberados	Percentual de Inadimplência
Consumo	5	67	7%
Produção	2	12	17%
Reforma	0	5	0%
CredJovem	0	0	0%
Total	7	84	8%
Inadimplência 2011			
Linha de Crédito	Quantidade de Inadimplentes	Nº de Créditos Liberados	Percentual de Inadimplência
Consumo	8	60	13%
Produção	2	4	50%
Reforma	1	6	17%
CredJovem	0	1	0%
Total	11	71	15%

Fonte: BCD Serra Azul (2011).

Diante dessa realidade, Dona Santana se questionou se o CAC não estaria cumprindo o papel de fazer com o que os moradores confiassem uns nos outros, ou seja, de que um iria pagar sua dívida para que os outros também tivessem acesso ao crédito. Começou então, a conversar com alguns moradores da comunidade sobre o assunto. O primeiro que encontrou, sentado no banco da praça da comunidade, foi “Seu” Elias. Conversa vai, conversa vem e “Seu” Elias diz para Dona Santana que não acredita muito nessa história de Banco Comunitário e argumenta que: se nem mesmo os bancos grandes, que têm muito dinheiro e gente para trabalhar se instalam na comunidade, como um banco tão pequeno, com tão

pouco dinheiro, vai sobreviver e conseguir mudar a vida das pessoas do lugar? Dona Santana colocou-se bastante reflexiva e foi para casa.

No dia seguinte, pela manhã bem cedo, passou no Banco, pegou uma lista com todos os tomadores de empréstimos da linha de crédito Produtivo e foi visitar todos os empreendimentos. Logo na primeira visita, no armarinho da Dona Juci, ficou surpresa: ela já não mais aceitava Calcários. A sorveteria do “Seu” Jair já tinha fechado as portas. Porém, continuou sua empreitada de visitar os empreendimentos e, chegando ao mercadinho do “Seu” Francisco, encontrou o próprio a reclamar da falta de clientes. De acordo com ele, muitas pessoas ainda saíam da comunidade para comprar alimentos e outras mercadorias no supermercado da cidade vizinha.

Depois das visitas nos 16 empreendimentos (alguns não existiam mais), Dona Santana levou suas impressões aos demais membros do banco e decidiram convocar uma assembleia geral na comunidade. No dia da assembleia, todos os tomadores de empréstimos e muitos outros moradores fizeram questão de comparecer.

Ao expor o problema da falta de pagamento dos empréstimos feitos pelo banco a todos, Dona Santana começou a ouvir murmurinhos e, em meio a certo tumulto, percebeu que muitos moradores não concordavam que tinham que pagar as parcelas dos empréstimos, tendo em vista que os recursos eram da empresa que há anos se beneficiava das reservas de calcário do território deles. Ainda por cima com juros! Por mais que Dona Santana explicasse que as parcelas pagas não voltavam para a empresa, mas sim para o banco para que pudessem ser realizados novos empréstimos, na opinião dessa parcela de moradores a empresa tinha “obrigação” de ajudar a comunidade por tudo que vinha extraíndo e se beneficiando dela. Com essa ideia, sentiam-se desobrigados a ter que pagar o empréstimo tomado. E como agravante, três moradores presentes na assembleia relataram ter ouvido um boato de que o banco enfrentava problemas financeiros e iria encerrar suas atividades, o que estava desestimulando a tomada de crédito e aceitação sob a forma de moeda social (Calcários) pelos moradores e comerciantes, respectivamente.

Essas discussões em assembleia deixaram Dona Santana e toda a equipe do banco e da incubadora preocupados. O problema da inadimplência tinha que ser resolvido o quanto antes, mas perceberam que era mais complexo do que tinham imaginado. E ainda, pensou ela, como chegamos até aqui se a comunidade tem um senso de proximidade tão grande? Desse modo, Dona Santana viu-se na seguinte situação: de que forma poderia atuar para diminuir a taxa de inadimplência do Banco? Como poderia devolver ao BCD a confiança que detinha quando do início de suas atividades?

NOTAS DE ENSINO

Objetivos Educacionais

Este caso de ensino foi pensado objetivando ser aplicado em disciplinas de Gestão Social e/ou Economia Solidária. Consideramos adequado para cursos interdisciplinares que lidem

com as noções de organização comunitária, ação coletiva, tecnologias sociais, dentre outras. Espera-se que os alunos consigam observar as dificuldades que os empreendimentos de economia solidária atravessam no exercício regular de suas atividades e que, a partir daí, consigam traçar diferentes proposições para as situações que o docente pode abordar. Nas disciplinas de Gestão Social e Economia Solidária, podem ser abordados os temas da incubação de redes de economia solidária, bancos comunitários, moedas sociais e gestão de empreendimentos econômico-solidários. Também é desejado que, ao final da atividade, os discentes formulem críticas sobre os pontos aqui abordados ou outros que porventura surjam no decorrer da discussão.

Aspectos Pedagógicos

A utilização de casos de ensino é uma ferramenta dinâmica que possibilita a complementação da discussão por meio de outras ferramentas. Para este caso específico, é indicado o uso de simulação de trechos do caso sob a forma de atos teatrais de curta duração, no quais os alunos possam transmitir aos demais colegas as decisões que o grupo considera viáveis para a solução do caso. Essa proposta adequa-se aos objetivos educacionais acima elencados por possibilitar, de maneira interativa, que os alunos visualizem como se dá a dinâmica de funcionamento de um Empreendimento de Economia Solidária (EES) na prática, especialmente durante momentos em que decisões importantes precisam ser tomadas. Nesses momentos, os alunos poderão ser estimulados pelo professor a incorporar os princípios da gestão social e da economia solidária em suas interpretações, como forma de incrementar o aprendizado e compreensão das temáticas trabalhadas.

Questões para discussão

Durante a abordagem do caso, estas e outras questões podem ser trabalhadas pelo docente:

Quais são as principais causas da inadimplência a ser enfrentada pelo BCD?

Como resolver cada uma destas causas? Ou seja: que plano e ações podem ser elaborados para resolver o problema da inadimplência? Elaborar um plano de ação, com objetivos, resultados e metas, atividades a serem realizadas e sistema de avaliação dos resultados.

O que pode ser feito – de imediato – na comunidade para motivar o consumo interno? E, o que pode ser feito – a médio e longo prazos – para manter esse consumo interno?

Como os princípios da Gestão Social e da Economia Solidária podem ser inseridos na resolução das questões apontadas acima?

Alternativas para a solução do caso

Questões:

Muitas são as causas da alta taxa de inadimplência dos empréstimos. A primeira delas é o insucesso dos empreendimentos estabelecidos pelos tomadores dos empréstimos. Uma das principais causas da “morte” das micro e pequenas empresas brasileiras é a falta de preparo dos empreendedores quanto à sua atividade, ou seja, os dirigentes dessas organizações não possuem preparo teórico nem prático sobre a condução de um negócio (noções de gestão financeira, *marketing*, etc.). Em muitos casos, os empreendedores apenas imaginam que detêm o conhecimento necessário para sua sustentabilidade no mercado, mas logo se veem obrigados a encerrar as atividades por insuficiência de recursos financeiros. Outra causa presente na situação descrita é o descrédito em que o BCD estava perante a população, em virtude do boato de que iria encerrar suas atividades em razão do baixo recurso financeiro disponível para empréstimo, o que gerava nas pessoas um desestímulo para a tomada de crédito na forma de Calcários e, conseqüentemente, para a aceitação da moeda por parte dos comerciantes. Uma terceira causa visível é a argumentação de que o recurso do fundo do BCD era proveniente de uma “obrigação” da empresa White Sierra com a comunidade, o que a desobrigava de devolver o dinheiro. A população, nesse caso, sentia-se “compensada” pela empresa quando esta disponibilizava recursos financeiros através do BCD Serra Azul pelo fato de ela extrair a riqueza natural da comunidade.

A problemática da alta taxa de mortalidade dos empreendimentos poderia ser abordada via falta de formação dos empreendedores, podendo o professor discutir com os alunos as diversas causas desse despreparo. Indicamos aqui estudos realizados pelo SEBRAE e pelos Serviços Nacionais ligados à atividade empreendedora no país. O problema da questão da falta de consumo, intrínseca no caso, pode estar atrelada à falta de clientes dos empreendimentos, e uma medida imediata passa pela questão da moeda social. O professor pode indicar alguma leitura sobre moedas sociais quando se lê a respeito de BCDs no texto, como uma sugestão para se aprender mais sobre o assunto. A problemática da falta de credibilidade do BCD pode passar por uma sensibilização dos moradores em relação ao seu papel. Essa questão tem a ver também com a noção de que os moradores são portadores de suas próprias soluções para os problemas e que não dá para responsabilizar a empresa que atua na área por todas as dificuldades que possuem, cabendo também ao Poder Público a busca da melhoria da qualidade de vida. É importante que o docente esclareça aos alunos a dinâmica em que os BCDs estão inseridos, mostrando como a circulação da moeda beneficia a vida local.

Como medida imediata, o consumo pode ser estimulado através de descontos oferecidos pelos comerciantes nas compras feitas em moeda social. Esse desconto seria também oferecido pelo BCD no momento em que esse comerciante trocasse moeda social por Real. A realização de sorteios de eletrodomésticos e condições especiais de pagamentos também são práticas remediativas e rápidas para revigorar o consumo local. Já para ações de médio e longo prazo, são indicadas ações de sensibilização e formação na comunidade. Essas iniciativas envolvem cursos, palestras e reuniões onde seriam demonstrados os benefícios reais da atuação de um BCD e da moeda social, relatando a importância da manutenção dos recursos que o Banco detém para a concessão de empréstimo.

Podem ser trabalhados diversos princípios das duas temáticas em questão na solução dos

problemas apontados: cooperativismo, associativismo, além dos elencados por Karl Polanyi (1980): reciprocidade, domesticidade, redistribuição e mercado. A inserção desses princípios em soluções apontadas pelos alunos pode ser estimulada durante as atividades propostas nos Aspectos Pedagógicos.

NOTA

- 1 O presente Caso para Ensino foi construído com base em uma experiência verídica, mas os nomes da comunidade, localidade, pessoas e organizações foram substituídos por nomes fictícios no intuito de que suas identidades fossem preservadas.

REFERÊNCIAS INDICADAS PARA A ANÁLISE DO CASO

I - Para entender melhor sobre os BCDs no Brasil:

BANCO PALMAS. **Banco Palmas, 100 Perguntas mais Frequentes**. Fortaleza: Instituto Palmas, 2010.

BORGES, A. Banco Palmas como uma Plataforma de Desenvolvimento Comunitário. In: MORAIS, L; BORGES, A. **Novos Paradigmas de Produção e Consumo**. São Paulo: Instituto Polis, 2010a.

_____. Banco dos Cocais: Uma Experiência Inovadora de Bancos Comunitários. In: MORAIS, L; BORGES, A. **Novos paradigmas de Produção e Consumo**. São Paulo: Instituto Polis, 2010b.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JR., J. T. da. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In: CATTANI, A. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

II - Para entender melhor sobre o campo de práticas onde se inserem os BCDs

FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e Prática em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação. **Civitas** (Porto Alegre), v. 7, p. 155-174, 2007.

_____; CUNHA, E. V. Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: Lições e Aprendizados a Partir da Experiência do Projeto Eco-Luzia e da Metodologia da ITES/UFBA. **Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 725-747, 2009.

III - Para entender melhor sobre o instrumento de estímulo ao consumo interno

FRANÇA FILHO, G. C. de; RIGO, A. S.; LEAL, L. P. Moedas Sociais e Territórios na Concepção dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. In: Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS), 28, Recife, **Anais...**

Recife, 2011. CD ROM.

MELO NETO, J. J. de; MAGALHÃES, S. **O Poder do Circulante Local: A Moeda Social no Conjunto Palmeiras**, Fortaleza: Instituto Palmas, 2005.

SINGER, P. Finanças Solidárias e Moeda Social. In: FELTRIM, E; VENTURA, E; BOROWSKI, A. **Projeto Inclusão Financeira**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

**Ives Romero
Tavares do
Nascimento**

Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2013), graduado em Administração pela Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri (2010) e em Direito pela Universidade Regional do Cariri (2007). Doutorando em Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, professor temporário da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e Editor-Assistente da Revista Nau Social. Integrante do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido LEADERS, da Universidade Federal do Cariri; da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES, e do Observatório da Formação em Gestão Social, ambos da Universidade Federal da Bahia.

**Ariadne
Scalfoni
Rigo**

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco, graduada em Administração de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa, MG. Professora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Pesquisa e atua nas áreas Organizações e Gestão Social. Especificamente, se interessa pelas temáticas relacionadas à Economia Solidária, Finanças Solidárias, Moedas Sociais e Território. Membro da Incubadora Tecnológicas de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES/UFBA).

**Genauto
Carvalho de
França Filho**

Professor da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador CNPq. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Estudos Organizacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: economia solidária, associativismo, terceiro setor, economia popular e novas formas de solidariedade. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal da Bahia (1991), mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (1993) e doutorado em Sociologia - Université de Paris VII (2000).